

NONA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 201

Nova administração do TST

O ministro Carlos Alberto Reis de Paula presidirá também o CSJT



O novo presidente afirmou em seu discurso: "Temos uma preocupação muito grande com o desenvolvimento do PJe-JT"

Implantação do PJe-JT no Estado

Com a instalação do sistema nas varas de São José de Pinhais, o TRT-PR encerrou a primeira etapa do projeto no PR.

► PÁGINA 4

Homenagem ao Ministro Dalazen

O Ministro do TST, João Oreste Dalazen, recebeu na Assembleia Legislativa (25/2), o título de Cidadão Honorário do Paraná.

► PÁGINA 6

Exposição no Centro de Memória

Foi inaugurada, no dia 7 de março, a exposição "Os trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho".

► PÁGINA 11

Visita do Senador Álvaro Dias e do Prefeito Fruet

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, recebeu a visita do senador Álvaro Dias. Também estiveram presentes no encontro o diretor-geral do TRT-PR, Vanderlei Crepaldi Peres e a esposa do parlamentar, a advogada Débora Dias.

O prefeito de Curitiba Gustavo Fruet e a vice-prefeita e secretária municipal do trabalho, Mirian Gonçalves, também se encontraram com a desembargadora Rosemarie no gabinete da presidência do TRT-PR. O objetivo da visita é fortalecer a parceria entre as duas instituições, estabelecendo, assim, um diálogo permanente.

A presidente Rosemarie declarou que a visita institucional do prefeito “vem corroborar suas iniciativas sempre voltadas à solução conciliatória das adversidades. Honrou-nos sua presença e também a da vice-prefeita, advogada trabalhista experiente e combativa”.

O prefeito Gustavo Fruet afirmou ser a visita “um gesto de respeito ao TRT-PR”. Lembrou que, quando era deputado federal, acompanhava os trabalhos do Tribunal e conhece as demandas da instituição. “Minha presença aqui é para estreitar os laços e oferecer apoio”, disse o prefeito, ressaltando que o TRT-PR “é fator de segurança à cidadania”.

Também estiveram presentes no encontro os desembargadores do TRT-PR Altino Pedrozo dos Santos (vice-presidente), Dirceu Buyz Pinto Junior (corregedor regional), Márcia Domingues, Fátima Teresinha Loro Ledra Machado, Célio Horst Waldraff, Marco Antônio Vianna Mansur, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Edmilson Antônio de Lima, Adayde Santos Cecone, Paulo Ricardo Pozzolo, os juizes convocados Luiz Alves, Cássio Colombo Filho e Ney Fernando Olivé Malhadas, além do procurador-geral do município, Joel Macedo e do diretor-geral do TRT-PR, Vanderlei Crepaldi Peres.

 Gilberto Bonk



A desembargadora Rosemarie recebeu o Senador Álvaro Dias e sua esposa, Débora Dias



Vice-prefeita Mirian Gonçalves, desembargadora Rosemarie e o prefeito Gustavo Fruet

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angelica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Assessoria de Imprensa e
Assessoria de Comunicação Social

Jornalistas responsáveis:
Gilberto Bonk e Luiz Munhoz

Redação:

Gilberto Bonk, Luiz Munhoz
e Nelson Copruchinski

Estagiários:

Bruno Calzavara e Lucas Karas

Fotografia:

Bruno Calzavara, Gilberto Bonk,
Hélio Hattori, Inara Passos, Luiz Munhoz

Revisão:

Gilberto Bonk, Luiz Munhoz e
Nelson Copruchinski

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares
Disponível no site do TRT
www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Adescryn

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT-PR

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.

Abertura do Ano Judiciário no TRT-PR

Em 6 de fevereiro, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região celebrou a Abertura do Ano Judiciário de 2013. A prestigiada solenidade, que tradicionalmente antecede a primeira sessão ordinária do ano do Tribunal Pleno, foi conduzida pela presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.

A magistrada, em seu discurso, parafrazeou o primeiro pronunciamento do Ministro Joaquim Barbosa na condição de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao afirmar que gostaria que o “ano de 2013 fosse lembrado como aquele em que graças a mudanças tecnológicas, estruturais e de mentalidade, o sistema judiciário brasileiro se tornou mais racional. E que o esforço nesse sentido só trará resultado se tivermos a valorização da figura do magistrado e do papel de seus servidores”.

Por fim, a presidente destacou a confiança e a expectativa num ano “certamente profícuo e repleto de realizações. É com a firmeza da crença em nossa capacidade coletiva que declaro aberto o Ano Judiciário de 2013”. Prestigiaram a solenidade autoridades do Judiciário e do Executivo: a

segunda vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná no exercício da presidência, desembargadora Dulce Maria Sant’Eufêmia Cecconi, o corregedor-geral de justiça do Estado do Paraná, desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Rogério Coelho, o diretor do Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná, juiz federal Friedmann Anderson Wendpap, o representante da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, procurador regional Jaime Bilek, o representante do Governo do Estado do Paraná, secretário do trabalho Luiz Cláudio Romanelli; além do representante da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira e do representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, diretor tesoureiro Oderci José Bega.

A celebração contou, ainda, com a participação do músico Ubiracy Severo Franco de Godoy, servidor do Tribunal, que executou em harpa o Hino Nacional Brasileiro.

Gilberto Bonk



Mesa da solenidade de Abertura do Ano Judiciário 2013

Conciliação no JAC através do Projeto Horizontes

Em 20 de fevereiro, o Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC) do TRT-PR, sob a condução do juiz Sandro Augusto de Souza, concretizou um acordo relativo a um processo que se estendia por quase 21 anos. (Autos nº 16153-1992-001-09-00-3). A ação foi ajuizada em julho de 1992 contra a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Emilianio Perneta. A autora, grávida à época, pleiteava estabilidade à gestante. Após três anos de tentativas frustradas para a obtenção de bens com o objetivo de garantir o valor da execução, em 31 de julho de 1995 o processo foi arquivado provisoriamente. O acordo foi possível graças ao trabalho do Projeto Horizontes – que atua, com a ajuda de estudantes de Direito, magistrados e servidores aposentados, na revisão de processos arquivados provisoriamente –, responsável pelo desarquivamento dos autos e de sua inclusão na pauta do JAC. O valor da execução era de R\$ 10.861,00, mas o acordo totalizou R\$ 5.500,00. O montante será pago em 55 parcelas de R\$ 100,00.

Fase inicial do PJe é concluída

Com a instalação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) nas varas de São José de Pinhais, o TRT da 9ª Região encerrou a primeira etapa do projeto de implantação do novo sistema no Paraná, cumprindo o compromisso assumido com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O plano de instalação teve início em 19 de outubro de 2012. A Vara do Trabalho de Pinhais foi a primeira unidade a receber o PJe-JT, juntamente com o Tribunal (neste caso, unicamente em ações de mandados de segurança). Nos dois meses seguintes, o TRT-PR implantou o novo sistema em mais 22 varas, nos municípios de Colombo, Araucária, Irati, Castro, Ponta Grossa, Apucarana, Cornélio Procópio, Cascavel e São José dos Pinhais.

Até meados de dezembro, o sistema PJe-JT de primeiro grau registrou 1.550 processos distribuídos. Foram marcadas 826 audiências e 2.039 advogados se cadastraram. No segundo grau foram impetrados 95 mandados de segurança e houve o cadastro de 771 advogados.



Presidente em visita a Castro

► **INovações** - O PJe-JT é um sistema em constante aprimoramento. A cada mês o CSJT disponibiliza novas versões com melhorias.

O novo sistema está disponibilizando para os advogados uma versão mais simplificada de funções, como o cadastramento inicial ou a habilitação nos autos. Para isso, o PJe-JT aproveita automaticamente dados da Ordem dos Advogados do Brasil e da certificação digital. Outra melhoria é o editor estruturado, desenvolvido pelo TRT-PR, que facilita a preparação de petições e contestações – também útil aos magistrados na elaboração de sentenças e despachos, com recursos avançados de pesquisa.

Os juízes e desembargadores terão à disposição outras duas novas funcionalidades: “Minutar em Lote”, que permitirá a produção de um mesmo despacho ou decisão para diversos processos; e “Assinar em Lote”, por meio da qual o magistrado poderá assinar de uma única vez todos os des-



Presidente em visita a Apucarana

pachos ou decisões de quaisquer processos.

Para os servidores, o PJe-JT elimina uma série de rotinas manuais, proporcionando visão global da secretaria e maior qualificação técnica e intelectual. Nessa versão será possível criar tarefas para controle de prazos judiciais, organizando o fluxo de trabalho e otimizando a elaboração de despachos, decisões e julgamentos de embargos de declaração, dando início à automatização no lançamento da movimentação processual. Foi criado um agrupador para os mandados devolvidos pelo oficial de justiça. Essa função exibe os processos atrelados a mandados devolvidos.

No segundo grau, há inovações no fluxo do processo, nas tarefas do plantão judiciário e na análise de admissibilidade de recurso de revista. Para os membros do Ministério Público do Trabalho, o PJe-JT apresenta correções nas funcionalidades já existentes e melhoria na organização das pastas e distribuição de tarefas entre os procuradores.

Segundo a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, “a implantação do PJe-JT neste Tribunal atende ao projeto nacional do CSJT e CNJ, movimento histórico voltado a unificar o processo eletrônico nas três instâncias do Judiciário Trabalhista”. Assevera sua convicção de que “estamos confiantes de que esse programa trará grandes avanços à instituição e, à evidência, maiores benefícios aos jurisdicionados, cumprindo com o princípio da eficiência a que a Administração Pública está sujeita”. Acrescenta que se encontra no universo do TRT paranaense a crescente capacitação de servidores e advogados.

Utilizando-se de analogia com sistemas operacionais e pacotes de programas de computador, ela lembra que, periodicamente, inovações são concebidas e implementadas em sucessivas atualizações, sempre incorporando novas facilidades e aperfeiçoamentos – uma constante que é a marca da Tecnologia da Informação.

PJe: novas diretrizes para a segunda fase

Novos procedimentos para a implantação do processo eletrônico (PJe-JT) e acolhimento de dúvidas e sugestões dirigidas ao aperfeiçoamento desse sistema, foram objeto de reunião (8/3) realizada no TRT-PR.

Na abertura dos trabalhos e em nome da Presidente Rosemarie Diedrichs Pimpão, o juiz auxiliar da presidência, Marlos Augusto Melek, falou sobre a nova postura que a implantação do PJe-JT terá no TRT-PR. Segundo o magistrado, os calendários de implantação serão revistos pelo CSJT, tendo em vista orientação do novo presidente do TST, Carlos Alberto Reis de Paula. A presidente do TRT-PR deliberou então que o PJe-JT não será instalado em nenhuma vara da Justiça do Trabalho do Paraná até o mês de julho deste ano. Nesse ínterim aguarda-se a edição de uma nova versão do PJe-JT que contemple as funcionalidades que ainda estão inativas e que trarão maior estabilidade ao sistema. Esse tempo também será aproveitado para melhorar a capacitação de juízes, desembargadores e servidores.

"A partir de julho, com uma versão já revigorada, retomaremos a instalação do PJe-JT e decidiremos qual a cadência que será empregada. Levaremos em consideração as opiniões que estão sendo trazidas pelos advogados, pelo MPT, pelos magistrados e servidores da justiça do trabalho, e que serão encaminhadas pelo desembargador Ubirajara Carlos Mendes, único membro a permanecer no novo comitê gestor nacional de implantação do PJe-JT", relatou Marlos Melek. "O Brasil tem 91 tribunais entre os tribunais estaduais, federais,

do trabalho, militares e eleitorais, mais de 120 softwares que rodam ao mesmo tempo, não conversam entre si e apresentam altos valores de instalação. É por isso e por reivindicação da própria OAB que foi desenvolvido o PJe-JT, programa unificado e de âmbito nacional", completou o magistrado.

Para o desembargador Ubirajara Carlos Mendes, que também é presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT do Paraná, "o PJe-JT é um extraordinário programa e uma base de arquitetura formidável e que, felizmente, está neste momento em desenvolvimento. Isso implica na possibilidade de podermos alterar e trazer as funcionalidades que precisamos para dentro do sistema, do nosso trabalho e em acordo com as nossas peculiaridades. Não está pronto mas nós podemos continuar a construí-lo".

A seguir foram apresentadas diversas propostas de mudança no sistema. O procurador Inajá Silvestre dos Santos levou ao conhecimento dos presentes as sugestões de mudança feitas pela Procuradoria Regional do Trabalho. As propostas feitas pela OAB foram apresentadas pelo advogado Márcio Nicolau Dumas e o juiz Lourival Barão Marques mostrou as dificuldades encontradas no sistema quando dos treinamentos realizados para os juízes do trabalho.

Ainda estiveram presentes na reunião o desembargador Benedito Xavier da Silva, o juiz do trabalho Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, presidente da Amatra IX, e servidores de diversas unidades do Tribunal.

Nelson Copruchinski

PJe: reportagem, informações e sugestões em Ponta Grossa

O Presidente da Comissão de Informática do TRT-PR e membro do Comitê Gestor Regional do PJe-JT - CGRPJe/JT, Desembargador Ubirajara Carlos Mendes, esteve em Ponta Grossa para conceder entrevista à TV Esplanada, afiliada local da RPC/Rede Globo, sobre o PJe.

Durante a reportagem, o magistrado informou aspectos econômicos e de celeridade processual que o novo sistema proporciona, além do fim da utilização de carimbos, grampeadores e das marcações a mão na justiça trabalhista. O magistrado explicou, ainda, que o PJe eliminará o trabalho físico com o processo. "Quando um juiz faz um despacho, não há mais a necessidade de baixar para a secretaria, fazer a anotação do processo, juntar as presilhas no processo, transformar num caderno processual". O repórter Flávio Bernardes da TV Esplanada, iniciou a matéria informando a economia financeira que o PJe proporciona. "Desde que o novo sistema começou a funcionar em novembro, a justiça recebeu mais de 1000 processos trabalhistas e aí a gente começa a fazer as contas, se o processo gasta em média 2kg de papel e cada kg custa aproximadamente 15 reais, só nesses 2 meses foram economizados mais de 30 mil reais".

Na oportunidade, o magistrado conversou com as juízas de Ponta Grossa. Foi informado de algumas dificuldades para a utilização do PJe. Recebeu, ainda, uma série de sugestões, principalmente quanto a hardwares para auxiliar na utilização do sistema. Estiveram presentes: Fabíola Bittencourt - diretora da Distribuição, juíza Ana Claudia Ribas - Titular da 2ª VT, Juíza Giana Malucelli Tozetto - Titular da 1ª VT, desembargador Ubirajara Carlos Mendes, juíza Silvana Souza Netto Mandalozzo - Titular 3ª VT e juíza Ingrid Müzel Castellano Ayres Barreiros - Substituta da 1ª VT (foto).



Ministro Dalazen recebe título Cidadania ACP e de Cidadão Honorário do Paraná



Juizes Sérgio Sampaio e Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, desembargadoras Ana Carolina Zaina e Rosalie Michaela Bacila Batista, conselheiro do CNJ – desembargador Ney José de Freitas, ministro João Oreste Dalazen, desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão, Altino Pedrozo dos Santos e Dirceu Buyz Pinto Júnior, juizes Cássio Colombo Filho e Marlos A. Melek, e desembargador Paulo Ricardo Pozzolo

O ministro do TST João Oreste Dalazen recebeu na Associação Comercial do Paraná (25/2), o título Cidadania ACP. Esta é uma homenagem que a entidade presta a empresários e gestores públicos que, na vida privada ou pública, defendem os princípios da ética, respeito humano, liberdade e democracia.

A Presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, em seu discurso de abertura do evento, ressaltou que o ministro João Oreste Dalazen pode ser lembrado por sua visão e competência. “Visão para o descortino da necessidade de inovar, sem colocar em risco nenhum dos princípios que informam o Direito. Competência para executar cada um dos projetos que concebeu, aliando seu brilho intelectual à análise criteriosa de perspectivas jurídicas, orçamentárias, tecnológicas e – sobretudo – práticas, tendo em vista o cidadão destinatário da missão do Poder Judiciário, que é entregar Justiça qualificada, mais rápida e mais eficaz.”

À tarde, na Assembleia Legislativa, houve a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao ministro. O deputado Douglas Fabricio, autor do projeto de lei 229/2012, que concedeu o título de cidadão honorário do Paraná ao ministro do TST, destacou em seu discurso que o magistrado Dalazen “é exemplo para muitos no Brasil, por sua atitude, por sua história, este é um reconhecimento ao mérito, o ministro Dalazen tem história, ele é dessas pessoas que propicia ao jovem um exemplo a ser seguido”.

Em seu discurso, o homenageado enfatizou a honra como princípio ético, base fundamental para os administradores públicos. “Constitui para mim honra insigne integrar o seleto rol de cidadãos honorários do querido Estado do Paraná. Estado a que devo o desenvolvimento das principais atividades que forjaram meu caráter e me prepararam para os anos da longa caminhada. A honra está entre os valores supremos do homem. Conforme escreveu Liory: a honra é

o primeiro sentimento da vida, admite tudo que é grande e repele tudo quanto é pequeno.” Em seguida continuou, “manter imaculada a honra está entre as finalidades mais sérias a que podemos nos consagrar. Ser cidadão por honra do estado do Paraná enobrece e enriquece qualquer um”.

► **CARREIRA DE BRILHO** - Natural de Getúlio Vargas-RS, Dalazen formou-se em Direito pela UFPR, onde alcançou o mestrado. Ingressou na magistratura trabalhista da 9ª Região em 1980 no cargo de juiz substituto, também por concurso público. Dois anos depois, era promovido pelo critério de merecimento à presidência de Junta de Conciliação e Julgamento (atualmente Vara do Trabalho), exercida em Maringá, Guarapuava e Curitiba. Presidiu, em 1984 e 1985, a Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra-IX). Em 1993, nova promoção pelo mesmo critério o alçou ao TRT paranaense no cargo de juiz, hoje denominado desembargador.

Sua atuação no TRT, aliada à atividade no magistério superior da UFPR e da PUCPR, não tardou a atrair a atenção do TST, que o incluiu em lista tríplice para o cargo de ministro em 1996. Nomeado no mesmo ano pela presidência da República, passou a integrar o TST desde então, tendo exercido a corregedoria-geral da Justiça do Trabalho no biênio 2007/2009 (período que coincidiu parcialmente com a condição de membro do Conselho Nacional de Justiça) e a vice-presidência do mesmo Tribunal Superior, nos dois anos subsequentes, sempre eleito por seus pares. Seguiu produzindo vasto material jurídico-doutrinário e o magistério, agora na Faculdade de Direito da UnB.

Nova eleição conduziu o ministro João Oreste Dalazen ao cargo de presidente do Tribunal Superior do Trabalho, cargo que exerceu em mandato bienal, até março de 2013.

 Luiz Munhoz

Nova administração do Tribunal Superior do Trabalho para o biênio 2013/2015

Tomaram posse os novos ministros que irão administrar a instância superior da Justiça do Trabalho no biênio 2013/2015: ministros Carlos Alberto Reis de Paula (presidente), Antônio José de Barros Levenhagen (vice-presidente) e Ives Gandra da Silva Martins Filho (corregedor-geral da Justiça do Trabalho).

O novo presidente do TST irá presidir também o CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho, órgão gestor da justiça trabalhista no país. O ministro foi conselheiro do CNJ nos dois últimos anos, o que lhe proporcionou uma visão ainda mais ampla da relação sociedade e justiça. A defesa da conciliação no âmbito da Justiça do Trabalho, como forma de resolver os conflitos trabalhistas, é uma das práticas que o ministro aprova.

Como prioridade para a sua gestão, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula quer a consolidação do PJe – Processo Judicial Eletrônico. A segurança do sistema, o treinamento e desenvolvimento humano, bem como o aprofundamento das soluções que o sistema deve proporcionar aos seus usuários, magistrados, advogados e servidores da Justiça do Trabalho, serão prioritários neste biênio no PJe-JT. “Temos uma preocupação muito grande com o desenvolvimento do PJe-JT. Na mesma medida em que cresce o número de varas integradas a esse novo sistema, também cresce o número de demandas. Nós teremos três prioridades em relação ao PJe-JT: investimento em segurança, contínua evolução de funcionalidades e capacitação de servidores, magistrados e advogados”, afirmou o ministro em entrevista à Agência CNJ de notícias.

Na opinião do ministro, o PJe trabalha com duas questões fundamentais para a Justiça do Trabalho: rapidez e facilidade de acesso aos jurisdicionados. Como a justiça trabalhista trabalha com créditos de natureza alimentar, deve fornecer respostas rápidas e acessíveis à sociedade, e o PJe é a ferramenta, por excelência, que deve materializar estas perspectivas. “A



Ministro Carlos Alberto Reis de Paula e a Presidente Dilma Rousseff

Justiça do Trabalho deve entregar uma prestação jurisdicional acessível, transparente e rápida. Nessa missão o PJe assume posição de destaque diante das facilidades que traz para a celeridade e a acessibilidade do processo.”

O ministro destaca as importantes vantagens do PJe: maior celeridade, transparência, redução das atividades burocráticas e facilidade de acesso. Para que o sistema cumpra sua finalidade, que é de aprimorar e facilitar a prestação jurisdicional, o diálogo com todos os envolvidos no processo é fundamental. A nova administração estará aberta a sugestões da sociedade civil organizada, quanto a novas definições de ferramentas do sistema e prazos de instalações.

A implantação do sistema deve ser feita de forma paulatina, buscando a segurança e facilitando o acesso do cidadão, além de prover amplo treinamento para todos os envolvidos na utilização do software. Será mantido um diálogo aberto, permanente e construtivo com os usuários do programa, o que possibilitará o entendimento em profundidade dos pontos que merecem melhoria no sistema. “O PJe-JT traz uma rotina de automação de cadastramento, autuação e numeração, influenciando diretamente no atendimento aos jurisdicionados. Temos de estar atentos a essas mudanças e dar a todos os operadores nova perspectiva de trabalho. Precisamos nos preocupar com todos os operadores, sejam magistrados, serventuários ou usuários externos. Todos devemos saber como irão gerir essa mudança no modelo de produção”, afirma o ministro.

Os Tribunais do Trabalho, como integrantes do PJe-JT, deverão acompanhar as novas perspectivas de implantação do sistema, tendo em vista ainda, que o sistema é nacional e os parâmetros de funcionamento e instalação são definidos de forma a compatibilizar as demandas e os recursos técnicos e humanos disponíveis.



Ministro João Oreste Dalazen e o novo presidente do TST, ministro Carlos Alberto Reis de Paula

TRE do Paraná tem nova administração

Em 1º de fevereiro de 2013, ocorreu a solenidade de posse do novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Rogério Coelho. Também foi empossado o novo vice-presidente e corregedor, desembargador Edson Luiz Vidal Pinto. O evento contou com a presença de diversas autoridades, dentre elas a presidente e o vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão e Altino Pedrozo dos Santos.

Em seu discurso de posse, o novo presidente destacou a relevância da Justiça Eleitoral na missão institucional de assegurar o princípio fundamental de que “todo poder emana do povo”. Ressaltou, ainda, as benfeitorias que os avanços tecnológicos têm trazido ao TRE-PR, como a identificação biométrica e as urnas eletrônicas, e afirmou que, com a ajuda da tecnologia e de muito trabalho, será anunciado, em 2014, o nome do novo governador do Paraná “10 minutos após o encerramento das votações”. Para a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, o recém-empossado é um magistrado “que ostenta conhecimento jurídico notório e experiência ímpar nas atividades da Corregedoria, que muito contribuirão para o êxito na gestão da presidência do Tribunal”.



Bruno Calzavara

Vice-presidente, desembargador Altino Pedrozo dos Santos e a presidente, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

A nova cúpula do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná será responsável por implantar o processo de revisão biométrica nos municípios de Londrina e Maringá, assim como pelo planejamento e condução das eleições gerais de 2014.

Gilberto Bonk

Presidente do TRT-PR prestigia posse da nova direção do TJ-PR



Inara Passos

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão e o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos

A Presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, participou no dia 1º de fevereiro de 2013 da solenidade de posse da nova direção do Tribunal de Justiça do Paraná – TJ-PR.

O desembargador Miguel Kfoury Neto transmitiu o cargo ao desembargador Clayton Coutinho de Camargo, novo pre-

sidente eleito da Corte para o biênio 2013/2014. Compõem também a nova direção do Tribunal de Justiça do Paraná, os desembargadores Paulo Roberto Vasconcelos - 1º vice-presidente, Dulce Maria Sant’Eufêmia Cecconi - 2ª vice-presidente, Lauro Augusto Fabrício de Melo - corregedor-geral da Justiça e Eugênio Achille Grandinetti - corregedor da Justiça.

O desembargador Clayton Coutinho de Camargo ingressou em 1974 no Ministério Público, por concurso público, como promotor substituto. Promovido ao cargo de Procurador de Justiça em 1990, foi eleito para integrar o Conselho Superior do Ministério Público, no biênio de 1991/1992. Nomeado em 1995 ao cargo de juiz do Tribunal de Alçada, em vaga do Quinto Constitucional, destinada ao Ministério Público, esteve à frente da presidência daquela Corte de fevereiro de 2002 a setembro de 2003. Em setembro de 2003, foi promovido por merecimento ao cargo de desembargador. O novo presidente do TJ-PR, em seu discurso de posse, ressaltou a importância de uma postura ativa e democrática do poder judiciário. “Como poder político, o judiciário precisa fazer-se ouvir com autoridade, firmeza, sem esquecer os postulados da

democracia que encaminham para o diálogo, pois a intemperância e a intransigência não se coadunam com a prática democrática que me aconselha cada vez a dialogar”.

Também estiveram presentes à cerimônia, as seguintes autoridades: o representante do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, desembargador Ney José de Freitas; o vice-presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, o desembargador do TRT-PR, Célio Horst Waldraff; a desembargadora do TRT-PR, Adayde Santos Cecone; ministro do STJ, Sérgio Luiz Kukina; representando o TRF-4ª Região, desembargador Joel Ilan Paciornick; presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, desembargador Henrique Nelson Calandra; representando a Câmara dos Deputados Federais, deputado Fernando Francischini; governador do Estado do Paraná, Beto Richa; o vice-governador do Estado do Paraná, Flávio Arns; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Valdir Rossoni; o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet; presidente da Câmara Municipal de Curitiba, vereador Paulo Salamuni.

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, Presidente do TRT-PR, destacou a importância da cooperação institucional entre o Regional paranaense e o TJ-PR. “O de-



Desembargadores Edgard Fernando Barbosa, Altino Pedrozo dos Santos e Rosemarie Diedrichs Pimpão

seembargador Clayton Coutinho de Camargo angariou o respeito da comunidade jurídica por sua gestão sempre exitosa quer perante o Conselho Superior do Ministério Público, quer junto ao Tribunal de Alçada, tais predicamentos conferem a segurança de uma promissora parceria entre o TRT da 9ª Região e o TJPR”.

Luiz Munhoz

DECISÕES EM DESTAQUE

Bloqueio de prêmio de reality show

O prêmio de um programa de televisão encerrou seis execuções trabalhistas que se estendiam por diversos anos. O executado, sócio da primeira ré, a empresa Marques Motorsport S.A., venceu um reality show, ocorrido na Amazônia, e o valor recebido, de R\$ 362.500,00, foi bloqueado a fim de garantir os créditos dos trabalhadores, que se referiam, entre outras pretensões, a horas extras e adicional noturno.

A ação mais antiga da execução coletiva data do final dos anos 90 e as mais recentes, de 2009 e 2010. Estavam tramitando na Vara do Trabalho de Pinhais, cujos magistrados já haviam determinado a realização de diligências típicas da execução trabalhista, como bloqueio de bens e valores, mas que não foram suficientes para a obtenção dos créditos.

O juiz substituto da Vara de Pinhais, Lourival Barão Marques Filho, viu o anúncio de um programa de televisão, um reality show chamado Amazônia, transmitido pela Rede Record, e reconheceu, dentre os participantes, o nome de um dos executados, Tarso Anibal Sant'anna Marques. Após se certificar de que se tratava da mesma pessoa, o magistrado determinou que as empresas Endemol e Amora Produções, responsáveis pela produção do reality show, retivessem os valores futuros ou pendentes de liberação ao executado, disponibilizando as quantias em conta judicial vinculada aos autos.

As empresas argumentaram que nenhum valor era devido ao executado, uma vez que o programa estava em andamento. Em março de 2012, o mesmo juiz proferiu o seguinte despacho: “Conforme notícias divulgadas pelos meios de comunicação, o executado nestes autos sagrou-se vencedor do reality show ‘Amazônia’, razão pela qual determino a expedição de ofício às empresas Endemol Brasil Produções Ltda., Amora Produções Artísticas Ltda. e SP1 - TV Record - Canal 7 - São Paulo, para que providenciem o imediato depósito judicial, vinculado aos autos RTOrd 2339-2009-245-09-00-5, à disposição deste Juízo, sob pena de aplicação de multa por ato atentatório ao exercício da jurisdição, nos termos do artigo 14, do CPC”. Ante o descumprimento da determinação, foi expedida Carta Precatória à cidade de São Paulo, a fim de que as promotoras do reality show fossem intimadas para o cumprimento da ordem judicial.

Em agosto de 2012, a empresa Endemol Ltda. depositou, numa conta vinculada aos autos, o valor do prêmio do executado, R\$ 362.500,00. No mês de dezembro, em audiências de conciliação, as partes celebraram acordos que totalizaram R\$ 301.001,00, retirado do prêmio recebido pelo executado, valor este que foi responsável pela quitação de seis ações executivas.

Retrato do corregedor compõe a galeria



Desembargadores Dirceu e Arnor no descerramento da foto

A dificuldade da função de corregedor e a importância de apoio foram os destaques do discurso do desembargador Arnor Lima Neto, homenageado (22/02), com a aposição de seu retrato na Galeria de Corregedores da 9ª Região da Justiça do Trabalho. A solenidade ocorreu no Gabinete da Corregedoria – prédio do TRT-PR.

O desembargador Arnor afirmou que a execução de seu trabalho na Corregedoria, “se foi realizado satisfatoriamente, foi com a ajuda de uma equipe que muito me apoiou”. Resaltou, ainda, que a função de corregedor é extremamente difícil: “Encontrar um equilíbrio entre a exigência própria da atividade e uma certa gerência e fiscalização dos colegas é extremamente árduo. Tal equilíbrio só pôde ser conseguido com apoio e colaboração dos juízes e desembargadores, da Associação dos Magistrados e da Administração à época. Também destaco os servidores das Varas e da Corregedoria”.

O atual corregedor do TRT-PR, desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior, lembrou a relação fraternal que manteve com o desembargador Arnor, desde quando iniciaram suas trajetórias na magistratura, em varas do interior do Estado, época em que pôde acompanhar de perto o trabalho do homenageado. “A produção do então juiz era muito alta. Assumindo como corregedor um magistrado com tal produção, poderia se imaginar que o corregedor Arnor exigisse do 1º grau exatamente o tipo de produção excepcional que ele teve. Não foi o que aconteceu. O que ouço dos magistrados é que o desembargador foi exigente, mas jamais cobrou mais do que as pessoas puderam produzir. Levou em consideração as peculiaridades de cada um. Essa percepção de que as pessoas são diferentes, têm seus ritmos próprios, é uma fundamental qualidade do corregedor Arnor”.

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, declarou que a homenagem é “um momento histórico importante para a Justiça do Trabalho. A aposição do retrato do desembargador Arnor Lima Neto na Galeria dos Corregedores é mais uma página no livro da memória do TRT da 9ª Região”.

Também estiveram presentes na solenidade os desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (vice-presidente do

TRT-PR), Márcia Domingues, Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, Marco Antônio Vianna Mansur, Benedito Xavier da Silva, Archimedes Castro Campos Júnior, Neide Alves dos Santos e Ricardo Tadeu Marques da Fonseca; os juízes Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (presidente da AMATRA IX), Fernando Hoffmann e Bráulio Gabriel Gusmão; o representante da Associação dos Advogados Trabalhista do Paraná, Ernani Kavalkievicz Junior, o procurador-chefe substituto da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, procurador Gláucio Araújo de Oliveira, o professor Marco Antônio César Villatore, além de familiares do homenageado e servidores do Tribunal.

▶ **TRAJETÓRIA** - O desembargador Arnor Lima Neto é natural do município paulista de Rancharia. Formou-se na turma de 1975 da Faculdade de Direito de Alta Paulista. Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC do Paraná é, também, especialista em Metodologia do Ensino e da Pesquisa Jurídica Aplicada pela Universidade Tuiuti do Paraná e em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Por 12 anos, militou na advocacia. Primeiro como assessor jurídico sindical em Apucarana e depois como advogado do Banco do Brasil, onde ficou até 1987. Naquele ano, após aprovação em processo seletivo, ingressou no Ministério Público do Paraná. O cargo de promotor de Justiça, contudo, foi exercido por poucos meses, em razão de ter sido aprovado, no segundo semestre, para a magistratura trabalhista.

Como juiz substituto atuou nas então Juntas de Conciliação e Julgamento de Maringá, Apucarana, Cornélio Procopio, Cascavel e Curitiba. Promovido por merecimento, já no ano seguinte, ao cargo de Juiz Presidente, exerceu a titularidade das Juntas de Cascavel, União da Vitória, 2ª de Londrina e 5ª de Curitiba. Empossado neste Tribunal em 2 de julho de 1989, foi eleito corregedor regional da Justiça do Trabalho no Estado, no período de 2009 a 2011, razão da homenagem de hoje. O desembargador Arnor Lima Neto atualmente integra o Órgão Especial e a 6ª Turma deste Tribunal.

Gilberto Bonk



Desembargador Arnor Lima Neto e a presidente do TRT Rosemarie Diedrichs Pimpão

Exposição no Centro de Memória

O Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná inaugurou, no dia 7 de março, a exposição “Os trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho”. A solenidade de abertura ocorreu no prédio sede do TRT-PR e contou com a presença do ex-presidente do Tribunal, Pretextato Pennafort Tabora Ribas Netto, que proferiu palestra sobre a sindicalização dos trabalhadores rurais. O desembargador aposentado lembrou que, até os anos 60, as reuniões sindicais dos rurais eram muito limitadas, pois não havia lei específica disciplinando a mobilização da categoria, embora esses trabalhadores representassem, no período, 60% da força de trabalho nacional. O magistrado explicou a trajetória da luta, no legislativo, para conceder esse direito à categoria – cujas garantias nem estavam previstas na Constituição Federal da época.

Em seu discurso, a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, destacou a relevância da mostra: “Nos quase 72 anos da Justiça do Trabalho no Paraná e no Brasil, a predominância demográfica rural só foi ultrapassada nas duas últimas décadas. A importância, contudo, do setor primário de nossa economia, subsiste. O agronegócio, que alimenta o povo brasileiro e é prevalente na pauta de exportação do país, é uma característica da brasilidade”.

Também compuseram a mesa de honra, o vice-presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, a representante da Procuradoria Regional do Trabalho, procuradora Vanessa Kasecker Bozza e o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira.

A solenidade teve, ainda, a presença da juíza Vera Lúcia Feil Ponciano, vice-diretora do Foro da Justiça Federal no Paraná, da professora Aparecida Maria Silva de Lima, representando o prefeito de Assaí, e as professoras Inês Kyomi Koguissi Morikawa e Ednah de Souza Gaspar.

Diversos magistrados e servidores prestigiaram a solenidade, que teve, ainda, a presença de José Lázaro Dumont, ex-presidente da FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná), considerado um ícone do sindicalismo rural.

► **EXPOSIÇÃO** - Estão em exibição na mostra 24 autos de processos trabalhistas, do período de 1979 a 1984 – oriundos da (então) Junta de Conciliação e Julgamento de Cornélio Procópio -, tendo como partes trabalhadores das mais diversas atividades agrícolas.

Estão expostas fotografias de diferentes acervos, como o de Jorge Takano, que retratam o trabalhador rural nas plantações de rami, e ainda fotografias das culturas do café, trigo, algodão, cana de açúcar, milho, arroz, etc, bem como ferramentas de trabalho, artesanato, livros sobre movimentos sociais rurais e plantações.

Gilberto Bonk

► SERVIÇO

O Centro de Memória do TRT-PR fica aberto de segunda à sexta-feira, das 10h às 19h.

Informações: (41) 3310-7741 ou memorial@trt9.jus.br



Vice-presidente Altino Pedrozo dos Santos, José Dumont (primeiro presidente da FETAEP), presidente Rosemarie Diedrichs Pimpão e o magistrado aposentado Pretextato Pennafort Tabora Ribas Netto

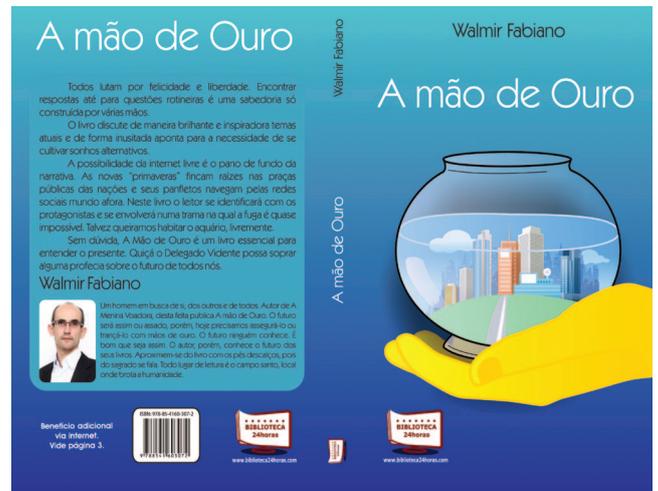
Inara Passos

Servidor lança livro em Bandeirantes

Após uma rotina em meio a ofícios, despachos e outros expedientes do gênero, Walmir Fabiano, diretor da Vara do Trabalho de Bandeirantes, dedica-se à atividade literária. O servidor, que já possui uma trajetória de quase 20 anos na Justiça do Trabalho, lançou em janeiro seu segundo livro, intitulado “A Mão de Ouro” (Editora Biblioteca 24 Horas). Na obra, o autor reflete sobre temas da vida moderna - como internet - e a possibilidade de se trilhar um caminho alternativo.

O servidor conta que a ideia predominante do livro “é o mergulho, até ao mais profundo do mar, e a partir de lá tentar compreender o que se passa aqui em cima: é uma parábola sobre o sentido das primaveras e a internet ou o vínculo entre a praça e as casas (ou lan houses), tudo unido nas redes sociais, onde predomina a versão não oficial de determinado fato”.

Walmir Fabiano revela como desenvolveu a habilidade da escrita literária: “A vida laboral dos servidores do Judiciário Trabalhista é árdua, mas gratificante. Desde longa data redijo despachos, ofícios, todos em textos curtos. Essa técnica de escrever, não no “juridiquês” coloquial de outrora, mas na linguagem do povo, deu-me a capacidade da síntese: resumir uma ideia grandiosa numa pequena frase. Eis a contribuição que o trabalho numa secretaria me deu, ao longo de quase vinte anos de Justiça do Trabalho”. Ele acrescenta que, além disso, “ver o lado mágico da vida é condição para escrever um texto literário, querer provocar nos leitores a sensação de que a vida humana é feita de trabalho e descanso (lazer), que são os pilares da vida sadia”.



Lembrando-se do escritor alemão Franz Kafka, que trabalhava em cartório, Walmir Fabiano explica que a linguagem cartorária utilizada pelo autor de “A Metamorfose” foi aplicada em livros memoráveis. “Não sonho com grandezas que me ultrapassem. Busco algo simples para mim e meus leitores. Quero apenas provocar nos servidores da Justiça do Trabalho o interesse por ler os pensamentos contidos nos meus livros, que poderiam ser escritos por qualquer dos meus amigos de trabalho. Ler é um remédio para muitos males”.

A primeira obra de Walmir, intitulada “A Menina Voadora”, foi publicada em 2012.

Gilberto Bonk

Projeto de inclusão digital inicia as aulas

O primeiro encontro do Projeto de Inclusão Digital Roberto Dala Barba aconteceu no dia 5 de março. As aulas serão ministradas por instrutores voluntários do TRT-PR e ocorrerão às terças e quintas-feiras no laboratório de informática do Ministério Público do Trabalho (MPT).

O objetivo do curso é capacitar grupos vulneráveis em informática básica e dar-lhes condições de competir às disputadas vagas no mercado de trabalho. A formatura será no dia 16 de maio. “Não tem nada de mais agradável do que ver os sorrisos estampados nos rostos dos alunos na formatura”, diz a chefe da Seção de Responsabilidade Socioambiental Josiane Mendes. “E sentir que eles agora têm uma chance real de entrar no mercado de trabalho”.

Esse é o objetivo de Karoline Moreira, que possui dificuldade para ouvir e falar. Ela diz já ter um pouco de conhecimento sobre internet e computadores, mas busca aprender mais. “Nunca trabalhei, agora eu quero trabalhar”.

A busca por conhecimento também é o objetivo de Norberto Fagundes. Em reabilitação pelo INSS, ele conta

que já tem experiência na área de logística, mas teve que se afastar devido a um problema no joelho. “Pretendo melhorar meus conhecimentos aqui e voltar ao trabalho”.

Os 12 alunos da turma foram encaminhados pela ONG Universidade Livre para a Eficiência Humana (Unilehu) e receberam, nesse encontro inicial, uma cartilha sobre Direitos dos Trabalhadores, além de conteúdos sobre digitação, introdução à microinformática, internet, e-mail e Word. O curso é composto por uma carga horária de 40 horas/aula.

O projeto de Inclusão Digital Roberto Dala Barba - que homenageia o desembargador já falecido, pioneiro da utilização de computadores no TRT-PR - existe desde 2005 e já repassou conhecimentos de microinformática e Internet para diversos públicos. Este ano, assim como nas últimas edições do projeto, o curso será voltado à capacitação de pessoas com deficiência auditiva e cadeirantes.

Bruno Calzavara